



Crescem as importações

No Brasil, de janeiro a setembro de 2005, as exportações atingiram US\$ 86,7 bilhões; e as importações, US\$ 54,1 bilhões. No RS, nestes primeiros nove meses do ano, os valores foram, respectivamente, de US\$ 7,8 bilhões e US\$ 4,9 bilhões. No caso brasileiro, comparando-se com o mesmo período de 2004, o crescimento das exportações (23,9%) foi superior ao das importações (19,6%), a despeito da apreciação cambial. Já no Estado, os reflexos do câmbio apreciado, aliados principalmente aos problemas climáticos, proporcionaram um crescimento das exportações de apenas 4,5%, bem inferior ao das aquisições do exterior (28,6%). Tanto o incremento das exportações quanto o das importações nacionais e estaduais deveram-se, em especial, à elevação dos preços das mercadorias no mercado internacional, como foi o caso de algumas *commodities*.

Comparando-se os dados de importação das economias brasileira e gaúcha, percebe-se que esta última apresenta uma pauta mais concentrada em relação tanto aos produtos quanto à origem dos bens adquiridos no mercado externo. Os capítulos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) que registraram os maiores valores importados, de janeiro a setembro corrente, foram combustíveis e reatores, máquinas e mecânicos, que, juntos, participaram com 34% no Brasil e 57% no RS do total adquirido no exterior.

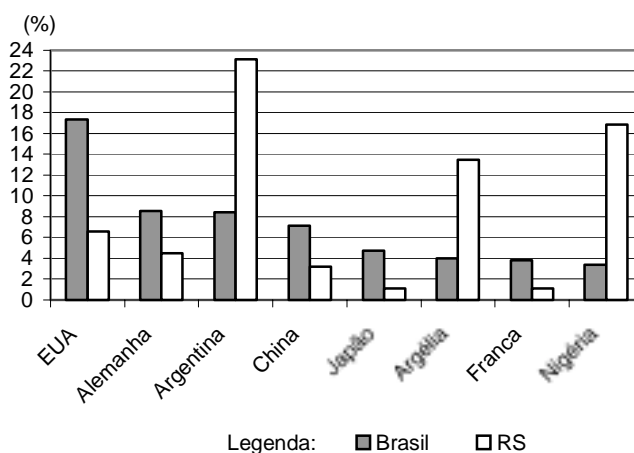
Analisando-se os dados do País por setores de contas nacionais, os mais representativos na pauta importadora foram: os bens intermediários (43,8%), com ênfase nos insumos industriais, seguidos das aquisições de bens de capital (29,5%) e de combustíveis e lubrificantes (18,1%). Já nas importações gaúchas, destacaram-se os combustíveis e lubrificantes (46,7%), seguidos dos bens intermediários (31,7%), em particular os insumos industriais, e dos bens de capital (17,3%). Com a valorização do real, as importações de bens de capital e de insumos industriais podem estar contribuindo para explicar parte do acréscimo das exportações, tendo em vista o aumento da competitividade externa, graças aos menores custos de produção, à melhoria na qualidade dos produtos e a aumentos das operações de *drawback*, diminuindo o impacto da apreciação cambial nas exportações.

Argentina, Nigéria e Argélia representaram, juntos, 53% do valor importado pelo RS de janeiro a setembro, sendo esses países os principais fornecedores de combustíveis ao Estado. No nível nacional, as principais origens, por ordem decrescente de participação, foram: Estados Unidos, Alemanha, Argentina, China, Japão, Argélia e França, que, juntos, participaram com 57,3% das importações. A represen-

tatividade dos produtos argentinos na pauta gaúcha continua superior à nacional, fruto do grande crescimento das aquisições de veículos (625%) e de produtos químicos orgânicos (387%), como o etilbenzeno.

Ao se analisarem as importações tanto do País quanto do Estado, deve ser destacado o papel crescente que vem sendo desempenhado pela China, da qual, no Brasil, nos primeiros nove meses de 2005, salientaram-se, pelo seu valor, as aquisições de produtos eletrônicos e têxteis e, no RS, as de máquinas e aparelhos mecânicos e de calçados. Essa situação gerou um pedido de salvaguarda contra produtos chineses, em particular para os produtos têxteis e os calçados, os quais vêm entrando no mercado nacional com preços muito baixos, concorrendo diretamente com o produtor nacional. Destarte, os setores que se sentirem prejudicados pela alta das importações oriundas da China poderão manifestar-se, desde que comprovem o dano ou a ameaça de dano, uma vez que essas salvaguardas estão previstas na Organização Mundial de Comércio.

Participação das principais origens no total dos produtos importados pelo Brasil e pelo RS — jan.-set./05



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Secex/DTIC/Sistema Alice.

Sônia Unikowsky Teruchkin (FEE/CEES)

Freqüência à creche *versus* rendimento familiar

As creches, ou entidades equivalentes, atendem crianças de até três anos de idade. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, essas creches, junto com a pré-escola (crianças de quatro a seis anos), fazem parte da educação infantil, cuja responsabilidade constitucional é do poder público municipal.

O acesso à creche no Brasil, em 2003, último ano para o qual existem dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), foi extremamente reduzido, pois foram atendidas apenas 11,7% do total das crianças de até três anos de idade. No Estado, esse percentual foi de 12,3%, e, na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), foi levemente superior, ou seja, 14,0%. Caso se considere a relação entre o núme-

ro de crianças de até três anos em creche e o rendimento familiar, constata-se que, nas famílias com rendimento *per capita* de até meio salário mínimo (SM), o atendimento foi de 4,7% das crianças no RS, de 6,2% na RMPA e de 8,0% no Brasil. No patamar de rendimentos familiares acima de três salários mínimos, a situação era melhor, sendo: para a RMPA, de 47,1%; para o RS, de 30,9%; e para o Brasil, de 28,3%.

Não há boas perspectivas nessa área, em curto prazo, pois o Governo Federal enviou ao Congresso, em 15.06.05, a proposta de emenda constitucional que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, que beneficiará a pré-escola, os ensinos fundamental e médio, mas excluirá as creches.

Percentual de crianças de zero a três anos que freqüentam creches, segundo as classes de rendimento médio familiar, na RMPA, no RS e no Brasil — 2003

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL (1)	ATÉ MEIO SM	MAIS DE MEIO SM A 1 SM	MAIS DE 1 SM A 2 SMs	MAIS DE 2 SMs A 3 SMs	MAIS DE 3 SMs
Brasil (2)	11,7	8,0	11,5	17,4	24,3	28,3
RS	12,3	4,7	12,3	19,9	21,2	30,9
RMPA	14,0	6,2	12,0	20,4	28,6	47,1

FONTE: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005.

(1) Inclusive as de famílias sem rendimento, sem declaração de rendimento e as sem declaração de freqüência. (2) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Pará e Amapá.

Salvatore Santagada (FEE/NIS)

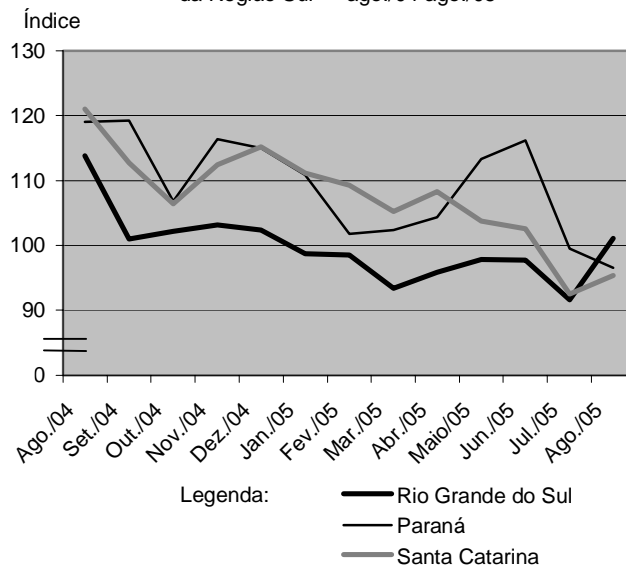
Persistem as dificuldades da indústria gaúcha

A evolução da produção física industrial mensal dos estados da Região Sul mostra uma tendência declinante ao longo dos últimos 12 meses, embora em patamares e variações mensais relativamente distintas, refletindo uma reação diferenciada aos fatores conjunturais que vêm influenciando o comportamento do setor. Nesse sentido, o melhor desempenho pertence à indústria do Paraná, e o pior, à do Rio Grande do Sul.

A sucessão de taxas negativas experimentadas pela indústria gaúcha em 2005 reflete peculiaridades regionais, como a forte vinculação com a agropecuária, que potencializa a repercussão da valorização cambial e dos efeitos diretos e indiretos da estiagem deste ano. A indústria de máquinas e implementos agrícolas, principalmente o segmento fabricante de colheitadeiras automotrizes, representando quase 10% do valor de transformação industrial (VTI) estadual e que se constitui no maior produtor desses bens no País, tem acumulado elevadas taxas negativas, com reflexos sobre o desempenho de outras atividades, tais como a metalurgia básica.

Nesse contexto, o resultado positivo do mês de agosto (1,1%) provavelmente não deverá significar uma reversão da situação desfavorável da indústria gaúcha. Faltando apenas poucos meses para o final do ano, é pouco provável que sejam recuperadas as perdas significativas impostas ao setor, decorrentes da frustração da safra, da apreciação da moeda nacional e da política de juros elevados.

Índice de produção industrial mensal dos estados da Região Sul — ago./04-ago./05



FONTE: IBGE.

NOTA: Os dados têm por base igual mês do ano anterior = 100.

Silvia H. Campos (FEE/CEES)



Tenha acesso a esta e a outras publicações em nossa Home Page
www.fee.rs.gov.br

Carta de Conjuntura FEE

A elevação da carga tributária brasileira

Nos últimos anos, o Governo tem feito um forte ajuste fiscal pelo lado da receita, com o objetivo de atingir superávits primários cada vez maiores. Essa situação tem-se verificado, principalmente, a partir de 2000, quando os resultados fiscais positivos aumentaram não tanto pela redução dos gastos, mas devido ao crescimento dos tributos. Essa circunstância tem levado a carga tributária a atingir patamares cada vez mais elevados. Tal carga passou de 32,6% do PIB em 2000 para 35,9% do PIB em 2004, o que significou um aumento de 3,3 pontos percentuais nesse intervalo. A maior parcela dessa carga refere-se à tributação do Governo Federal, que representou, em média, 70% do total arrecadado no período.

Todavia, na distribuição final da carga (receita disponível), a União, que detinha 58,2% do total dos recursos em 2000, subiu esse percentual para 59,8% em 2004, enquanto as

esferas subnacionais reduziram sua participação no bolo tributário.

Segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, a carga tributária deverá atingir cerca de 37,5% do PIB em 2005, ou seja, um patamar mais elevado que o de 2004. Esse aumento da incidência tributária é factível, uma vez que as receitas fiscais se vêm expandindo, principalmente aquelas arrecadadas pelo Governo Federal, que se elevaram 5% em termos reais, de janeiro a agosto de 2005, frente aos mesmos meses do ano anterior. Dentre os tributos mais significativos, destacam-se o Imposto de Renda e a Contribuição para o Financiamento Social (Cofins), que, juntos, representaram 45% do total arrecadado e registraram um acréscimo de 9% e 3%, respectivamente, nesse período.

Carga tributária e receita disponível nas esferas de governo — 2000-04

ESFERAS DE GOVERNO	CARGA TRIBUTÁRIA (% do PIB)					RECEITA DISPONÍVEL (%)				
	2000	2001	2002	2003	2004	2000	2001	2002	2003	2004
Federal	22,5	23,4	24,9	24,2	25,0	58,2	58,0	58,6	59,1	59,8
Estadual	8,6	9,0	9,2	9,1	9,4	24,4	24,6	24,3	24,0	23,6
Municipal	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	17,4	17,4	17,1	16,9	16,6
TOTAL	32,6	34,0	35,6	34,9	35,9	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Secretaria da Receita Federal.

Isabel Rückert (FEE/CEES)

Safra de grãos 2005/06: as primeiras estimativas

Segundo o Ministério da Agricultura, as primeiras estimativas com relação à safra brasileira de grãos 2005/06 indicam uma tendência à redução da área plantada em torno de 5%. Essa é uma avaliação preliminar, baseada no contexto de redução da renda dos produtores decorrente da elevação dos custos, da retração nos preços de comercialização e da queda na produção, devido à seca que atingiu algumas regiões do País na safra 2004/05.

No caso do Rio Grande do Sul, as estimativas preliminares da Emater indicam uma redução da área plantada com arroz e soja e um aumento da cultivada com milho. Os primeiros números sobre a intenção de plantio de arroz no Estado mostram uma diminuição em torno de 4% na área plantada. A retração esperada era até maior, tendo em vista os preços re-

cebidos pelos produtores, que são os mais baixos dos últimos 10 anos. Com relação ao milho, há um movimento de reversão da tendência apresentada nos últimos anos, com as estimativas indicando um aumento de quase 15% na área cultivada. Movimento contrário é o apresentado pela área cultivada com soja. Tendo em vista os prejuízos acumulados por essa cultura nos últimos dois anos, no Rio Grande do Sul, especialmente os decorrentes da forte estiagem na safra 2004/05, e os baixos preços obtidos na comercialização da mesma safra, a tendência seria de uma forte redução da área plantada. No entanto, as primeiras estimativas apontam uma redução de apenas 4% da área, mas aliada a uma significativa diminuição na utilização de insumos.

Estimativa de crescimento da área plantada com arroz, milho e soja no Rio Grande do Sul — safra 2005/06

PRODUTOS	ÁREA (hectares)		VARIÇÃO %
	2004/05	2005/06	
Arroz	1 046 481	1 000 875	-4,4
Milho	1 213 269	1 391 304	14,7
Soja	4 179 272	4 020 806	-3,8

FONTE: Emater.

Vivian Fürstenau (FEE/CEES)

A valorização cambial no Brasil

Desde meados de 2004, a taxa de câmbio mostrou persistente valorização do real frente às moedas dos principais parceiros comerciais do Brasil. As lideranças de setores exportadores têm manifestado preocupação e solicitado providências governamentais. Os analistas econômicos evidenciaram apreensão, em vista das ameaças que a circunstância estabelece à manutenção da *performance* favorável da balança comercial. Nessa questão, não estão envolvidas “apenas” as possibilidades de continuidade do fortalecimento de uma condição externa menos vulnerável. Se isso fosse pouco — de forma alguma o é —, colocar-se-ia em pauta, também, o fato de que o aumento do saldo da balança comercial se tem constituído como elemento dinamizador do crescimento da produção e do emprego nacionais, em um quadro que, dada a política monetária, tenderia, fatalmente, à desaceleração. Até onde alcançam nossas informações, o bom desempenho do comércio externo tem continuado a resistir ao câmbio adverso.

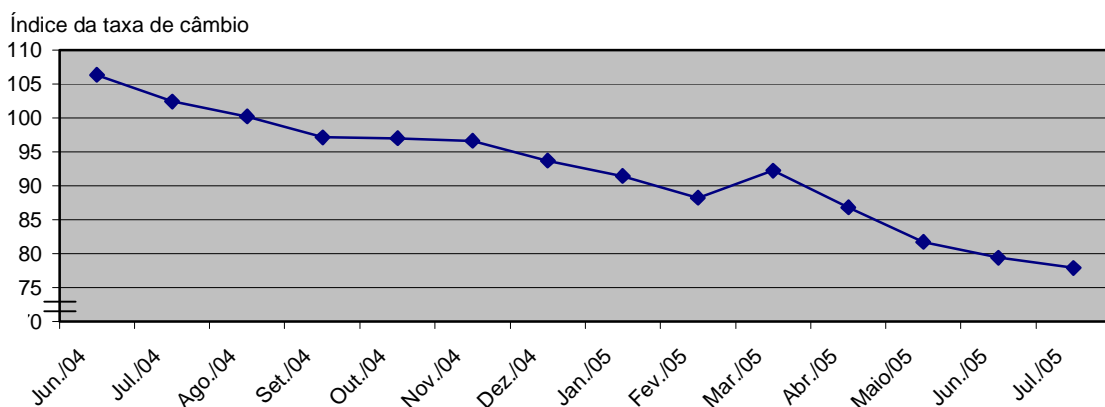
Aumentos das taxas de juros de certo país são, usualmente, acompanhados por valorização cambial da moeda desse país. Isso ocorre, primeiro, porque a elevação dos juros aumenta a preferência dos agentes econômicos por reter mais ativos financeiros, que pagam juros, em detrimento de reter moeda(s) estrangeira(s). Em segundo lugar, porque o crescimento da rentabilidade desses ativos amplia os fluxos de financiamentos externos para o país. Os dois aspectos citados interferem no mercado cambial, aumentando a oferta e

diminuindo a demanda de divisas estrangeiras. Assim, acionam a valorização cambial. A ação desse “mecanismo” tem sido apontada pelos analistas no caso da apreciação do real. Cabe concordar com o diagnóstico, contudo, sem exagerar a responsabilidade da política monetária. Outros fatores carregam a responsabilidade maior.

Desde 2002, houve grandes mudanças nas contas do balanço de pagamentos nacional. Na conta de transações correntes, partiu-se de um déficit de US\$ 23,2 bilhões em 2001 para um superávit de US\$ 11,7 bilhões em 2004. Para 2005, algumas projeções apontam um superávit de US\$ 12 bilhões. O Brasil saiu da persistente posição de grande demandante de financiamentos para uma posição de amortização de sua dívida externa líquida. Por isso, o Banco Central tem sido capaz de antecipar os pagamentos ao FMI. Em larga medida, a valorização cambial havida é inerente à melhora das contas externas.

As causas dessa melhora são todas as circunstâncias que favoreceram a formação dos enormes superávits da balança comercial. Entre elas, estão a expansão do comércio mundial e o aumento dos preços internacionais das exportações brasileiras. Entretanto o fator mais decisivo é o elevado grau de competitividade alcançado pela produção nacional, que tem acelerado o crescimento das quantidades exportadas. Quando a cotação do dólar cai e a *performance* da balança comercial resiste, o que, de fato, surpreende é o vigor da competitividade da produção nacional em escala mundial.

Evolução da taxa de câmbio efetiva real no Brasil — jun./04-jul./05



FONTE: Funcex.

NOTA: Os dados têm por base dez./03 = 100.

Roberto Marcantonio (FEE/CEES)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 27.10.05).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 1.200 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Aod Cunha de Moraes Junior

Diretor Técnico: Álvaro Antônio Louzada Garcia

Diretor Administrativo: Antonio Cesar Gargioni Nery

Conselho Editorial da Carta: Álvaro Antônio Louzada Garcia, Adalberto Alves Maia Neto, Octavio Augusto Camargo Conceição e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editória

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.